

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/27704	36078/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

Concurso Público: CPE.23.25.DMOSM

Contratação: empreitada de "PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA".

Preço base (Pb): €1.048.786,13 (um milhão, quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis euros e treze cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 300 (trezentos) dias.

PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

ASSUNTO: Aprovação da adjudicação da empreitada e aprovação da minuta do contrato.

Proposta: Submete-se para aprovação, a adjudicação da empreitada, à empresa **PRODÍGIPADRÃO – CONSTRUÇÃO, LDA**, pelo valor de **€1.036.853,41** (um milhão, trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três euros e quarenta e um cêntimos) a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo **prazo de execução de 240 dias**, de acordo com a informação que consta na proposta de adjudicação em anexo.

Simultaneamente, submete-se para aprovação a minuta do contrato, que se anexa.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



ÓRGÃO COMPETENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Concurso Público: CPE.23.25.DMOSM

Contratação: empreitada de “PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA”.

Preço base (Pb): €1.048.786,13 (um milhão, quarenta e oito mil, setecentos e oitenta e seis euros e treze cêntimos) (Sem IVA);

Prazo máximo de execução da empreitada: 300 (trezentos) dias.

Abertura das propostas: 29/08/2025

PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA

No âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º **20357/2025** foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 144, de 29 de julho de 2025, procedeu-se à publicação do procedimento por Concurso Público, com a referência: CPE.23.25.DMOSM - “PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA”, na plataforma eletrónica, tendo como resultado a apresentação de uma única proposta, nos termos seguintes:

Concorrente: **PRODÍGIPADRÃO – CONSTRUÇÃO, LDA.**

Preço proposto: **€1.036.853,41 (um milhão, trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três euros e quarenta e um cêntimos).**

Prazo de Execução: **240 dias.**

Assim, por ter sido apresentada apenas uma proposta, é dispensado o júri do procedimento, de acordo com o artigo 67.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos.

I. Análise da proposta:

Procedeu-se à análise da única proposta apresentada, no sentido de determinar se a mesma se conformava com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não apresentava vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo-se concluído que a proposta está em condições de ser admitida.

A classificação da proposta em resultado da aplicação do critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade de **multifator**, de acordo com o qual o critério de adjudicação foi densificado por um conjunto de fatores



correspondentes a **2 (dois)** aspetos da execução do contrato a celebrar, **preço proposto e prazo de execução**, de acordo com o artigo 19.º do Programa do Procedimento, cujo resultado é o seguinte:

EMPRESA	PREÇO	FATOR PREÇO	PRAZO	FATOR PRAZO	TOTAL
Prodígipadrão	1 036 853,41 €	0,114	240	1	0,380

Posição	Identificação do concorrente	Preço	Prazo de execução	Pontuação global
1.º	PRODÍGIPADRÃO – CONSTRUÇÃO, LDA.	€1.036.853,41	240 dias	0,380

I – ADJUDICAÇÃO

Uma vez que foi apresentada uma única proposta e que esta está em condições de ser admitida, propõe-se que esta empreitada seja adjudicada à empresa **PRODÍGIPADRÃO – CONSTRUÇÃO, LDA**, pela quantia de **€1.036.853,41** (um milhão, trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três euros e quarenta e um cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor e com o prazo de execução da empreitada de **240 dias**.

Mais se propõe que se dispense a realização de audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 125.º do *Código do Contratos Públicos*, uma vez que os elementos constantes do procedimento conduzem a uma decisão favorável à pretensão deduzida pelo interessado com a apresentação da respetiva proposta.

I.I – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 24.º do Programa do Concurso. O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

I.II – Documentos de habilitação

Nos termos artigo 23.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação solicitados, é de 10 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação.



I.III – Contrato escrito**III.4 .1 Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário

I.IV - Compromisso

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: 07/07030313 do Orçamento do Município, de acordo com as informações de cabimento n.º 97197 de 23/07/2025 e de compromisso n.º 128352 de 01/09/2025.

II – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Da adjudicação;
- Para apresentação dos documentos de habilitação exigidos no prazo fixado;
- Para prestar Caução.

Braga, 2 de setembro de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

(Valéria Borges)

Em anexo:

- Minuta do Contrato;
- Compromisso.



MINUTA / CONTRATO DE EMPREITADA N.º CPE.23.25.DMOSM

“PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA”

ENTRE

Primeira: MUNICÍPIO DE BRAGA, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, pessoa coletiva n.º 506901173, aqui representado por **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para obrigar, doravante identificada por «**Dono da Obra**»;

E

Segunda: PRODÍGIPADRÃO CONSTRUÇÃO, LDA, com sede na rua Rio Bom S/N, União de Freguesias de Carreiras S. Tiago e S. Miguel, concelho de Vila Verde, pessoa coletiva n.º 510255817, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, com o capital social de €....., aqui representada por, na qualidade de Gerente, com poderes para obrigar, conforme código de certidão permanente:doravante identificada por «**Empreiteiro**».

Considerando que:

- a) Por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de 28 de julho de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por **Concurso Público: CPE.23.25.DMOSM**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor;
- b) A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao presente contrato, a realizar no ano económico em curso, é a seguinte: 07/07030313, de acordo com a informação de cabimento n.º 97197, de 23/07/2025, e a informação de compromisso n.º 128352, de 01/09/2025, e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme consta da referida informação de compromisso, sendo a respetiva repartição de encargos autorizada pela Assembleia Municipal de Braga, em sessão de 20 de dezembro de 2024.
- c) No seguimento do *Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas*, por deliberação da Câmara Municipal de Braga, de de de



DIREÇÃO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

2025, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro a obra objeto do referenciado procedimento, tendo, em simultâneo, aprovado a minuta do contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do referido Código;_____

d) O empreiteiro fica subordinado às exigências de interesse público de conclusão atempada da obra, objeto do contrato;_____

e) Não foram efetuados ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos;_____

____É celebrado o presente contrato de empreitada, que se regerá pelos termos e condições constantes dos artigos seguintes, que os contraentes livremente estipulam e reciprocamente aceitam._____

Artigo 1.º
(Objeto do contrato)

____1. O presente contrato tem por objeto a execução, pelo empreiteiro, dos trabalhos referentes à empreitada de **"PRAIA FLUVIAL DE NAVARRA"**, nos termos e condições jurídicas e técnicas constantes dos documentos que instruem o processo do procedimento identificado no considerando a) do presente contrato, e que integram o seu âmbito de aplicação, devidamente concretizados no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos._____

____2. Os trabalhos de empreitada desenrolar-se-ão de harmonia com o projeto patenteado no concurso, nos termos e condições constantes da proposta do empreiteiro, designadamente do plano de trabalhos, e obedecerão ao prescrito no caderno de encargos e nas diferentes peças que integram o processo de concurso.____

Artigo 2.º
(Local da obra)

____Os trabalhos de empreitada serão executados na **U.F. de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra**, concelho de Braga, conforme indicado nos documentos que integram o processo do procedimento identificado no considerando a). _____

Artigo 3.º
(Preço contratual)

____O preço contratual a pagar ao empreiteiro, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é o de **€1.036.853,41 (um milhão, trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três euros e quarenta e um cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor. _____

Artigo 4.º
(Condições de pagamento)



____1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas._____

Artigo 4.º - A
(Adiantamentos ao empreiteiro)

____O empreiteiro pode solicitar à entidade executante, conforme previsto na cláusula 33.ª das cláusulas gerais do caderno de encargos, a realização de adiantamentos de preço por conta de prestações a realizar ou de atos preparatórios ou acessórios, em conformidade com o disposto no artigo 292.º do Código de Contratos Públicos. _____

Artigo 5.º
(Revisão de preços)

____1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e obedecerá à fórmula prevista na cláusula 36.ª das cláusulas gerais do caderno de encargos._____

____2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos._____

____3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo equivalente ao prazo de pagamento definido na cláusula 32.ª, n.º 6 do caderno de encargos, ou seja 60 (sessenta) dias, a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais._____

Artigo 6.º
(Prazos de execução da empreitada)

____O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **240 dias**, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 7.º
(Cessão da posição contratual)



____1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais._____

____3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade._____

____4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respetivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida._____

____5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produz-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 8.º

(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)

____1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato._____

____2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este._____

Artigo 9.º

(Subcontratação)

____1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 318.º do referido Código._____

____2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 10.º

(Caução)



____1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária prestou uma caução, no montante de €.....(.....), correspondente a 5% do preço contratual, mediante.....

____2. Para reforço da caução prestada, proceder-se-á à retenção de 5% em todos os pagamentos, nos termos do disposto no artigo 353.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 11.º
(Liberação da caução)

____A caução será liberada nos termos previstos no artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos._____

Artigo 12.º
(Gestor do contrato)

____1. O dono da obra designa o Eng. **Vitor Coutinho**, como gestor do presente contrato, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte._____

____2. Fica reservado ao órgão decisor do dono da obra a competência para a emissão de declarações negociais e de atos que revistam a natureza de atos administrativos respeitante à interpretação, à validade, à execução, modificação ou resolução do contrato._____

____3. O dono da obra poderá, a todo o tempo e mediante notificação simples dirigida ao empreiteiro, substituir o gestor do contrato._____

Artigo 13.º
(Comunicações e notificações)

____1. As comunicações e notificações de atos administrativos, jurídicos ou de qualquer outra natureza feitas durante a fase de execução do contrato, entre o dono da obra e o empreiteiro, devem ser escritas e expedidas por correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados._____

____2. Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 468.º do Código dos Contratos Públicos, os outorgantes convencionam as informações de contacto seguintes:_____

____a) Primeira outorgante e aqui dono da obra: **vitor.coutinho@cm-braga.pt**_____

____b) Segunda outorgante e aqui empreiteiro: **geral@pgroup.pt**_____

____3. As comunicações referidas no número anterior consideram-se efetuadas na data da respetiva expedição._____

____4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido._____



_____. 5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte. _____

Artigo 14.º

(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)

_____. 1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele. _____

_____. 2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra. _____

_____. 3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra. _____

_____. 4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas. _____

_____. 5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas. _____

_____. 6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a: _____

_____. a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato; _____

_____. b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados; _____



____c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;_____

____d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;_____

____e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;_____

____f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;_____

____g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato._____

____7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato._____

____8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador._____

____9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra._____

Artigo 15.º
(Invalidade parcial)



____Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor._____

Artigo 16.º
(Foro competente)

____Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga._____

Artigo 17.º
(Legislação aplicável)

____Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros._____

Artigo 18.º
(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)

____1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro._____

____2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos._____

Artigo 19.º
(Vigência)

____Dado que a presente empreitada é financiada por fundos europeus, o presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, e produz todos os seus efeitos antes da decisão do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, introduzido pela Lei n.º 43/2024, de 2 de dezembro. _____

____Por ser esta a vontade dos outorgantes, livremente expressa, e depois de lido e achado conforme, vão eles assinar digitalmente o presente contrato, considerando-se a data efetiva da sua celebração a data de aposição da última assinatura._____

Pelo Dono da Obra,

Pelo Empreiteiro,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

(.....)

